

UMA ABORDAGEM SOBRE AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS
NO SUBSISTEMA RURAL*

José Norberto Muniz**

Para PARSONS (5), "um sistema social, reduzido nos termos mais simples, consiste numa pluralidade de atores individuais que interagem entre si numa situação que tem, pelo menos, um aspecto físico ou ambiental, atores motivados em termos de uma tendência a obterem um ótimo de gratificação e cuja relação com suas situações, incluindo cada um deles, está definida e mediada em termos de um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados".

Na medida em que se abstraem aspectos do sistema social, como por exemplo, considerar indivíduos isoladamente, ou somente os aspectos culturais de um sistema, ou somente os aspectos sociais, ou até mesmo a sociedade global, pode-se observar que tais sistemas possuem um conjunto de necessidades que devem ser preenchidas, para que eles possam existir.

BLACK (1) destaca que PARSONS admite um conjunto bastante amplo de necessidades, mas as divide em duas categorias: universais e secundárias. Com respeito às necessidades universais, a sua lista é relativamente pequena e se prende mais aos fatos biológicos, isto é, à sobrevivência do organismo, às necessidades de reposição de seus membros e às necessidades de treinamento das crianças; enfim, são pré-requisitos essenciais para qualquer sistema. Com respeito às necessidades secundárias ou não universais, caracterizam-se por resultarem de determinadas circunstâncias ou de determinado estágio de um sistema específico. Por exemplo, num grupo social há três variedades principais de necessidades secundárias: 1) necessidades técnicas ou instrumentais: referem-se à utilização de determinados meios, tendo-se em vista determinados fins; 2) necessidades organizacionais ou estruturais: dizem respeito à forma de organização social e aos mecanismos pelos quais é mantida; 3) necessidades de compatibilidade: referem-se aos mecanismos de ajustamentos de uma sociedade particular com relação a uma outra sociedade.

O elemento que distingue as duas categorias de necessidades, universais e secundárias, é o vínculo que liga as últimas às diferentes estruturas sociais. Deste modo, há a possibili-

* Aceito para publicação em 04-12-1974.

** Auxiliar de Ensino do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

dade de categorias serem funcionais para um subsistema e disfuncionais para outro subsistema, na medida em que se condideira a sociedade global.

Estes conceitos refletem os resultados econômicos das empresas; são obtidos através da relação custo/benefício dos fatores de produção. O aspecto fundamental desta medida é a demonstração da vantagem econômica de uns meios em relação a outros. A equação que especifica tal aspecto é desenvolvida por PAIVA (4). No momento, torna-se necessário destacar apenas que a relação custo/benefício é obtida através da seguinte equação:

$$R_t = \frac{Q}{X} \cdot \frac{P_q}{P_x} \quad , \text{ onde}$$

Q = quantidade do produto obtido

X = quantidades de fatores utilizados na produção

P_q = preço do produto

P_x = preço dos fatores utilizados na produção.

Deve-se destacar que as necessidades secundárias são indispensáveis para o equilíbrio ou a sobrevivência de um aspecto do sistema ou subsistema, não estando forçosamente envolvidas pelas necessidades de sobrevivência da sociedade como um todo.

De modo geral, PARSONS (6) considera que as necessidades podem ser satisfeitas através de uma escolha das várias alternativas expostas aos indivíduos. Assim sendo, do mesmo modo que um mecanismo pode ser funcional para um subsistema, ele pode ser disfuncional para outro subsistema. Por exemplo, há situações em que determinadas alternativas são selecionadas tendo-se em vista a funcionalidade do próprio sistema e não de outro. A aquisição de certos meios - tratores, arados, colheiteira etc. - pode ser funcional para o subsistema urbano que necessita do consumo do produto e pode ser, ao mesmo tempo, disfuncional para o subsistema rural, pois os proprietários não têm condições para adquiri-los, e são induzidos a comprá-los devido, sobretudo, às amplas facilidades de crédito.

Nesta abordagem não há preocupação em identificar as causas de tais necessidades. Pelo contrário, destaca-se apenas a forma como elas são satisfeitas no âmbito de um sistema rural específico, e como elas se originam dentro de um processo de desenvolvimento do sistema urbano-industrial.

Numa análise do problema de adoção de inovações no setor rural há dois ângulos opostos: há uma orientação geral, que é predeterminada pelo sistema social global, e há uma orientação seguida pelas unidades membros do subsistema rural que foge a essa orientação geral do sistema.

No primeiro caso, verifica-se a fixação de uma diretriz que expressa a necessidade de inovação no campo. No segundo caso, nota-se um aspecto diferente: as inovações não se estendem a todos os proprietários; os meios utilizados por eles, para a satisfação das necessidades econômicas do seu subsistema rural, não são aqueles apregoados pelo subsistema urbano.

Diante de tal colocação, deve-se destacar que, apesar de se

manipular elementos como proprietários rurais e sua relação para com as atividades econômicas, não se consideram tais proprietários como empresários, na acepção da palavra, apesar de considerá-los como elementos dinamizadores do processo econômico. A sua função aqui não é aquela fixada por SCHUMPETER (7), que consiste em "reformular ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante".

A conotação dada ao termo empresário visa simplesmente a destacar os indivíduos que possuem terra e que a exploram daqueles que não possuem terra.

Portanto, a orientação do comportamento do tipo empresarial considerado neste trabalho, obviamente, não será igual àquela que se verifica num sistema capitalista típico.

O emprego do termo racionalidade capitalista (no sentido geral), para o empresário rural, tem que ser adaptado às suas circunstâncias. Destaca-se que o proprietário rural, além de outras coisas, não pode, principalmente, valer-se de um conhecimento prévio do que vai receber para fixar os custos de produção. Estes aspectos são abordados mais detalhadamente por MARTINS (3).

A racionalidade somente será evidenciada na medida em que a ação, segundo WEBER, (8) "... se adapta a uma utilização planejada de recursos materiais ou pessoais, como meio de aquisição, de tal forma que, ao término de um período econômico, o balanço da empresa em termos monetários (ou, no caso de uma empresa permanente, a estimação periódica dos bens financeiramente alienáveis) exceda o capital (cada vez mais, no caso da empresa permanente)..."

A ênfase neste aspecto da racionalidade deverá demonstrar que a modernização no campo é uma possibilidade levantada, exclusivamente, no interesse do meio urbano, e que, em virtude da nossa realidade econômica, tal possibilidade torna-se discutível. Neste sentido é necessário traçar os aspectos diferentes de racionalidade inerentes ao sistema social global e às unidades membros do subsistema rural destacando que aquilo que é racional para o sistema global pode não ser racional para as unidades membros do subsistema rural e vice-versa.

Segundo MARTINS (2), o meio urbano (através do agente de mudança) vê na figura do proprietário um elemento voltado mais para consumir aquilo que ele (meio urbano) produz, do que um elemento empresarial. A rentabilidade, por exemplo, é um elemento que revela os interesses do proprietário rural, mas ela não é questionada. Há uma evidente negligência de que a economia rural é, em relação à economia urbana, aquela que funciona com taxa mais baixa de remuneração do capital.

A ênfase é no sentido de que a racionalidade econômica não se baseia exclusivamente no uso de técnicas modernas, mas, sim, que há uma disposição dos empresários rurais em adotar certos tipos de conduta racional, mesmo quando não se verifica o uso de tais recursos. Portanto, acredita-se que, de um conjunto de elementos que caracterizam o comportamento racional do capitalista, inclusive o grau de calculabilidade possível e aplicável ao balanço contábil da empresa, os seguintes aspec-

tos são os mais importantes: expectativa de lucro, ajustamento perfeito entre meios e fins e rentabilidade de capital.

A justificativa para tais simplificações está, única e exclusivamente, explícita na dificuldade de operacionalização dos conceitos. Em primeiro lugar, e não é novidade para ninguém, a estrutura agrária brasileira conta com uma série de elementos, colono, agregado, arrendatário e pequeno proprietário, o que lhe dá uma característica diferente na estrutura das relações sociais de produção, e o que impede de identificá-la como capitalista, na acepção da palavra. Em segundo lugar, no campo, também não se observa uma perfeita orientação racional meios-fins baseada numa contabilidade de custo da atividade do estabelecimento. Há evidência que a grande maioria de proprietários rurais somente na hora da venda do produto é que fazem um balanço de memória. A previsão, baseada na ação racional é explicitada numa escrituração, que é a essência do capitalismo, e conseqüentemente o fundamental da ação empresarial, não é praticada pelos empresários rurais.

Deste modo, é com base nesses elementos que se ressalta a necessidade de considerar uma ação racional para a empresa agrícola, sem que ela sofra os reflexos da utilização dos insumos urbanos, ou seja, o tipo de ação deverá ser analisado somente em função do subsistema ocupacional rural, não importando o significado de tal ação para outros subsistemas ou para a sociedade global.

SUMMARY

This paper is an attempt to apply the theory of social action developed by Talcott Parsons to the problem of the adoption of technological innovations in the rural subsystem. The fundamental aspect of this approach consists of the emphasis in the role played by the farm owner-operators in carrying out their economic activities. The function of innovation is analyzed from the perspective of the farm owner instead of the urban-industrial subsystem. The paper also focuses on the rate of return on capital investments of commercial farms and the owner-operators orientation to the rate of return.

LITERATURA CITADA

1. BLACK, Max. *The social theories of Talcott Parsons*. New York, Prentice-Hall, 1968. 215 p.
2. MARTINS, José de Souza. *Modernização agrícola e industrialização no Brasil. América Latina*, Rio de Janeiro, 12 (2):3-16, abr-jun. 1969.
3. MARTINS, José de Souza. *Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 3(6):121-145, junho. 1969.
4. PAIVA, R. M. *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e Planejamento*, Rio de Janeiro, 5(2):3-64, dez. 1971

5. PARSONS, T. *The social system*. New York, The Free Press, 1951. 557.
6. PARSONS, T. *Toward a general theory of action*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1962. 506 p.
7. SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. 512 p.
8. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967. 233 p.